RESENHA:

LOTT, Henrique Marques. **Religião, política e democracia: a sociedade desencantada de Marcel Gauchet**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016. (257 p.)

O pensamento político e religioso de Marcel Gauchet

ARETHA BEATRIZ BRITO DA ROCHA*

A obra de Henrique Marques Lott propõe uma reflexão sobre as principais ideias e teorias desenvolvidas pelo filósofo Marcel Gauchet. Fundamentada numa análise minuciosa, propiciada pelas pesquisas de doutorado e pós-doutorado, Lott se dedica em aprofundar e transmitir ao leitor de forma clara e objetiva como Gauchet lida com três conceitos, cujo título da obra já demonstra quais: a religião, a política e, a democracia. Para que a articulação destes pontos seja feita, Lott divide sua obra em cinco capítulos e um posfácio que conta com três entrevistas; a primeira feita com o próprio Marcel Gauchet; a segunda com o cientista político Philippe Portier e; a terceira feita com o professor Didier Da Silva.

No primeiro capítulo, intitulado “religião e política nas sociedades primitivas”, Lott aborda o que Gauchet define como a origem das religiões. Para Gauchet, nas sociedades “primitivas” é possível apreender o momento mais “encantado” da história da humanidade. É justamente a “religião primitiva” que representa a primeira forma de ser religioso no mundo. Mesmo partindo da premissa de que a religião pode ser encontrada em toda e qualquer sociedade, ele busca ir além de determinações históricas ou reduções científicas, afirmando que ela se distingue “por ser um *fenômeno original*, um *fenômeno universal* e um *fenômeno recorrente*” (p. 50). Deste modo, a religião se sustenta nesta tríplice, mas também apresenta uma quarta e uma quinta característica. A quarta, por se tratar de um fenômeno que tem começo e fim e a quinta, pela religião se apresentar como uma “escolha” e não como uma função ou imposição. No entanto, o fato de se apresentar como uma escolha não significa que esta se dê deliberadamente. Gauchet destaca o fato de que o homem neste momento nega a si mesmo, ou seja, ele recusa a existência de sua própria autonomia estando, portanto, a “religião primeira” fortemente atrelada à noção de heteronomia. Para Gauchet, esta é a

religião em seu estado mais puro, por isso a importância em analisar o pensamento selvagem para além dos “padrões” científicos, levando em consideração as particularidades culturais destes povos.

No segundo capítulo, intitulado “a emergência do Estado”, Lott vai destacar como Gauchet relaciona o surgimento do Estado com a religião. Para Gauchet, são as sociedades sem Estado que apresentam o início de uma história da religião, característico das sociedades primitivas que se pautavam numa compreensão mítica de mundo. Já com o Estado consolidado surge uma nova forma de organização social que faz nascer um novo tipo de consciência religiosa, que ocorre através da noção de divisão. Assim, “além da divisão entre os deuses e os homens, existe aquela entre os homens que são de ‘natureza especial’ que comandam os demais” (p. 82). Este homem passa a representar o “sagrado” e assim, passa a decidir em nome das forças exteriores. Há, dessa forma, uma alteração do discurso que se opera na sociedade e que, conseqüentemente, altera a compreensão que se tem do sobrenatural. “Os homens adquirem a condição de participantes do divino e falam como porta-vozes dos deuses” (p. 86). Gauchet define este movimento em três dinâmicas distintas: a da hierarquia, a da dominação e a da conquista. A *hierarquia* aparece como um fator que oferece nova roupagem para a relação entre o humano e o divino. A *dominação* se estabelece na relação do social com o sobrenatural. Por fim, a *dinâmica da conquista* altera radicalmente a ordem religiosa que passa a ser regida por um equilíbrio entre a heteronomia e a esfera interior do social, surgindo novas formas de experiência religiosa.

No terceiro capítulo, intitulado “o cristianismo e a saída da religião”, Lott demonstra como Gauchet vê o monoteísmo puro como algo que mantém o mundo encantado. É o monoteísmo judeu que promove uma grande revolução do pensamento religioso, pautado num Deus único, mas que resulta da influência de outras religiões para construir sua identidade político-religiosa. Sendo assim, o povo judeu é um povo que “luta para alcançar a libertação de sua servidão, o que significa, dado esse contexto, aspirar pela vitória contra os ‘falsos deuses’ dos povos que o dominam” (p. 123). Os profetas desenvolvem uma experiência religiosa que se relaciona diretamente com o divino e que passa pelo exame de consciência individual. Partindo desta premissa, Gauchet quer definir a estrutura que permitiu o surgimento do cristianismo e entende este como um monoteísmo impuro, porque se difundiu e não ficou restrito a comunidade judaica que, segundo ele, é o que representa o monoteísmo em seu estado mais puro. Como Lott demonstra, é a figura de Jesus que causa uma ruptura do cristianismo com o messianismo judaico. “Jesus desvia o curso natural do messianismo judaico, invertendo a sua dinâmica e o seu ponto de aplicação” (p. 136). Para Gauchet, a ruptura está no fato de Jesus ligar o humano ao divino, ou seja, trata-se de uma figura que fala a todos, portanto, não necessita mais de um templo para transmitir sua mensagem, por exemplo. É esta característica que começa a dar autonomia ao indivíduo, pois a mensagem cristã passa a ser transmitida a todos de maneira indistinta. Assim, “o cristianismo alterou o curso e o foco da religiosidade, induzindo e abrindo horizontes espirituais até então desconhecidos” (p. 145). Para Gauchet, no entanto, além dessa separação do

monoteísmo judaico e Jesus, a ruptura também se faz presente na reforma protestante, pois foi ela que propiciou um caminho em direção à saída da religião e a conseqüente emancipação do mundo.

O quarto capítulo, intitulado “da heteronomia à autonomia: a revolução cristã” é o momento em que Lott destaca a transformação ocorrida na modernidade que passou de um contexto sociopolítico heterônomo, para um contexto autônomo, na visão de Gauchet. A autonomia é uma característica do mundo moderno e de recusa à figura da autoridade. É justamente tal autonomia que possibilita que a organização social não se veja mais presa e dependente dos princípios religiosos. No entanto, é importante ressaltar que esta ruptura com a tradição religiosa não é absoluta. Segundo destacado por Lott, os modernos podem estar mais próximos da condição de heteronomia do que se imagina. Há uma tendência a pensar que o pensamento político e religioso moderno impulsionou o indivíduo e a organização social para uma condição autossuficiente inquestionável. Porém, esta autonomia adquirida só foi possível pela própria estrutura religiosa e a transformação do cristianismo, pois a “heteronomia não se dissolve por completo, ou seja, ela se recompõe e metamorfoseia-se, gerando outras versões de si mesma” (p. 162). Neste contexto, trata-se não do fim da religião, mas de novas formas de sacralidade que se fazem presente no Estado moderno e na relação do político com o religioso. A autonomia, segundo Gauchet, está muito relacionada com a interiorização da fé que se deu, sobretudo, com a crise da Igreja e a reforma protestante. “Sendo assim, a ação salvadora do crente, que, até então, era consagrada a uma concepção extramundana, seguindo

as obediências da Igreja, converter-se-á em uma ação intramundana” (p. 169). Mas a saída moderna da religião não se deu de maneira linear e se configura, como destaca Lott, por três etapas distintas. O *teológico-político* que ocorre entre os anos de 1500 e 1650, marcado pela reforma e consolidação do protestantismo. O *teológico-jurídico* que vai de 1650 a 1800, marcado pela Revolução Francesa e a constituição dos direitos do homem e, por fim, o que Gauchet define como a *consciência histórica*, que se inicia no século XIX e marca a relação da autonomia com a história.

No quinto e último capítulo, intitulado “religião e democracia: ‘o religioso após a religião’” Lott apresenta como se estabelece a relação entre democracia, religião e laicidade. Para Gauchet, a democracia representa as escolhas políticas dos indivíduos, por isso a religião deixa de ocupar a condição de definidora da ordenação do político na sociedade. Sendo assim, o movimento político moderno tende a ser laico. O que Lott destaca, é que segundo Gauchet, a religião continua a existir no mundo secularizado, mas é “monitorada” pelo Estado laico. O que cabe compreender, portanto, é que tipo de religião se manifesta nas democracias atuais, que para ele é diferente daquela destacada no primeiro capítulo como religião primeira. As novas democracias ocidentais se pautam pela liberdade individual e pela vontade popular, então o Estado se torna responsável por promover a emancipação do político que, conseqüentemente, promove uma transformação na própria experiência religiosa. Lott evidencia que para Gauchet é a Declaração dos direitos do homem que afirma a autonomia do indivíduo na sociedade moderna. No entanto, este processo de saída da

religião e autonomização do indivíduo na modernidade ocidental passam por muitas metamorfoses, tanto no âmbito político, como no religioso. O religioso permanece presente na experiência pessoal e social e sempre haverá certo grau de heteronomia na autonomia do indivíduo, mas ela se configura de outras maneiras. Dessa forma, “o que se vê emergir neste contexto é uma ‘revolução do crer’ sob a forma de expressão de um ‘religioso após a religião’” (p. 212). Segundo Lott, é uma disseminação do religioso na moderna sociedade ocidental, mas que ocorre de modo não religioso citando exemplos como, as experiências estéticas, éticas e psicológicas. Assim, Lott compreende a teoria de Gauchet como uma

“antropossociologia transcendental” que se alinha ao projeto intelectual do autor, pois é esta perspectiva que permite reconsiderar a experiência humana e social através do tempo, afinal, uma das críticas de Gauchet recai justamente no fato de muitas das terminologias da filosofia e teologia moderna dificultarem o entendimento adequado dos fenômenos religiosos da atualidade. Trata-se, portanto, de um amplo debate versado sobre o pensamento de Gauchet e o vasto campo que contempla as diversas temáticas em torno da religião, política e democracia.

Recebido em 2018-05-16

Publicado em 2018-07-06

* **ARETHA BEATRIZ BRITO DA ROCHA** é mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião (PPGCR) - PUC-Campinas. Bolsista CAPES. Graduada em Ciências Sociais - PUC-Campinas.